



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS COARI  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS



**INSTITUTO FEDERAL**  
Amazonas  
Campus Coari

## NOTA TÉCNICA Nº 02/2025 – CIARRC/DAP/CCO/IFAM

**PROCESSO LICITAÇÃO:** 23443.004807/2022-21

**PROCESSO CONTRATAÇÃO:** 23443.002681/2023-31

**EMPRESA:** KADOSH SERVIÇOS DE APOIO ADMONISTRATIVO LTDA - ME - CNPJ: 25.044.767/0001-43

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, PARA ATENDER OS ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM CAMPUS COARI, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

**CONTRATO:** 01/2023 – IFAM CAMPUS COARI (UASG: 158447)

**ASSUNTO:** 2ª PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

### 1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. A empresa contratada KADOSH SERVIÇOS DE APOIO ADMONISTRATIVO LTDA - ME, por meio do Ofício nº 01/2025, de 21 de fevereiro manifestou interesse na prorrogação contratual, conforme as disposições previstas no referido instrumento.

1.2. O Pregão 23/2022, realizado pela UASG 158142 – IFAM Reitoria, do qual a contratante sagrou-se vencedora, contemplou como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuada, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, no serviço de atendimento a pessoas com necessidades especiais, para atender os alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.3. Elencou-se abaixo as principais ocorrências relacionadas ao contrato em análise:

DADOS CONTRATUAIS	
<b>Pregão nº 23.2022 - UG: 158142 (IFAM Reitoria)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuada, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, no serviço de atendimento a pessoas com necessidades especiais, para atender os alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos</li><li>Empresa vencedora – Grupo 04: KADOSH SERVIÇOS DE APOIO ADMONISTRATIVO LTDA - ME - CNPJ: 25.044.767/0001-43.</li></ul>
<b>Contrato nº 01/2023 (assinado em: 03/04/2023)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Objeto: Contratação de serviços continuados de atendimento a pessoas com necessidades especiais, para atender os alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM campus Coari, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos</li><li>Vigência: 10/04/2023 a 10/04/2024</li><li>Valor mensal: R\$ 6.300,00</li><li>Valor total: R\$ 75.600,00</li></ul>
<b>Termo Aditivo nº 01/2024</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Vigência: 10/04/2024 a 10/04/2025</li></ul>

**FONTE:** CIARRC/DAP/CCO/IFAM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS COARI  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS



**INSTITUTO FEDERAL**  
Amazonas  
Campus Coari

## 2. DA PRORROGAÇÃO

2.1. As contratações de serviços prestados de forma contínua são passíveis de prorrogações sucessivas, conforme o art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

A Orientação Normativa 65/2020 da AGU diz que a legalidade da prorrogação do prazo de vigência dos contratos administrativos de prestação de serviços continuados, de que cuida o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, demanda expressa previsão no edital e em cláusula contratual.

Observamos que a previsão de prorrogação de prazo de vigência consta no item 1.5 do Termo de Referência, anexo do edital e no item 2.1 do Contrato nº 01/2023.

Em 19 de fevereiro o IFAM campus Coari enviou o OFÍCIO Nº 17/GDG/CCO/IFAM/2025, solicitando manifestação formal por parte da contratada sobre o interesse na prorrogação contratual.

A empresa contratada KADOSH SERVIÇOS DE APOIO ADMONISTRATIVO LTDA - ME, por meio do Ofício nº 01/2025, de 21 de fevereiro manifestou interesse na prorrogação contratual.

A seguir realizaremos a análise sobre a renovação de vigência do Contrato nº 01/2023.

## 3. DA ANÁLISE

3.1. Cumpre informar que a contratada não solicitou repactuação.

As repactuações seguem o instituto do *caput* e § 7º do art. 57 da IN SEGES/MP n.º 05, de 26/05/2017.

Art. 57. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

...

§ 7º As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

3.2. A análise seguirá apenas sobre a prorrogação do tempo de vigência do Contrato nº 01/2023, conforme planilha abaixo:

### GRUPO 04 CAMPUS COARI

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. POSTOS	QUANT. MESES	VALOR MENSAL POR COLABORADOR	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
14	Psicopedagogo/com Especialização em Tecnologia Assistiva - 40 horas	Posto/Mês	1	12	R\$ 6.300,00	R\$ 6.300,00	R\$ 75.600,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 6.300,00</b>	<b>R\$ 75.600,00</b>

FONTE: Planilha de formação de preços enviado pela contratada no pregão 23/2022.

3.2.1. A análise buscou destacar pontos em desacordo com a legislação vigente e possíveis erros de preenchimento, tendo como fato gerador a IN 05/2017 e a Nota Técnica nº 652/2017, ambas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

### 3.3. CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS COARI  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS



**INSTITUTO FEDERAL**  
Amazonas  
Campus Coari

3.3.1. A prorrogação contratual formalizada no Termo Aditivo nº 01.2024 deveria ter sido precedida da análise dos custos fixos ou variáveis não renováveis conforme orientação constantes no item 1.2 do Anexo VII-F e no item 9 do Anexo IX da IN 05/2017 e no item 17 da Nota Técnica nº 652/2017, ambas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, visando negociação de valores, conforme especifica os normativos abaixo:

IN SEGES 05/2017

ANEXO VII-F

1.2. Regras estabelecendo que nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

ANEXO IX

9. A administração deverá realizar a negociação contratual para a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano de contratação.

Nota técnica 652/2017 – MPDG

(...)

17. Já na prorrogação do contrato, entende-se que atinge a exclusão de itens não renováveis, a exemplo dos provisionamentos para maternidade, paternidade, ausências legais, aviso prévio trabalhado e indenizado, dentre outros, a depender da especificidade da contratação. Explica-se: se esses custos forem provisionados e não utilizados no decorrer do primeiro ano de contrato, quando da prorrogação, se não excluídos, serão considerados custos bis in idem, haja vista que estar-se-á provisionando novamente o mesmo custo. Por outro lado, se esses custos forem utilizados serão computados novamente. À vista disso, quando da prorrogação contratual, o gestor do contrato deve avaliar todos os custos que não foram utilizados e fazer a supressão. Caso tenham sido utilizados, mesmo parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar/proporcional.

3.3.2. Os termos aditivos dos contratos continuados também devem obedecer às recomendações contidas nos itens 74 a 80 do Parecer Referencial nº 00003/2021/GAB/PF/IFAM/PGF/AGU.

#### 3.4. RESCISÃO

3.4.1. O tratamento dispensado a este custo foi a retirada de forma parcial, visto que mesmo tendo sido considerado amortizado ou pago, não é eliminado por completo por força de normativos.

MÓDULO 3 – RESCISÃO			
Descrição		Contrato nº 01/2023	Termo Aditivo nº 02/2025
		Percentual (%)	Percentual (%)
A.	Aviso Prévio Indenizado (API)	0,42	0,03
B.	Incidência do FGTS s/ API	0,03	0,00
C.	Multa do FGTS e Contribuição Social s/ API	0,01	0,01
D.	Aviso Prévio Trabalhado	1,94	0,12
E.	Incidência de GPS, FGTS e Outras Contrib. s/ APT	0,72	0,04
F.	Multa do FGTS e Contribuição Social s/ APT	0,04	0,04

FONTE: CIARRC/DAP/CCO/IFAM

3.4.2. A nota técnica nº 652/2017 – MPDG aborda de forma mais contundente a retirada/amortização dos custos não renováveis quando da prorrogação do contrato. No item 23 da referida Nota, a mesma aponta que os custos de Aviso Prévio Indenizado (API) e Aviso Prévio Trabalhado (APT) serão amortizados a partir da prorrogação:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS COARI  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS



**INSTITUTO FEDERAL**  
Amazonas  
Campus Coari

Nota Técnica 652/2017

Item 23. Levando em consideração o sobrescrito, em paralelismo com a rescisão, denota-se que o instituto do Aviso Prévio é uno (gênero), tendo como espécie o APT e o API. O que, por seu turno, enseja que deva ser levado em consideração no seu todo, tanto para exclusão de sua incidência ou não. Note-se, que a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, a seguir colacionada, não biparte o Aviso Prévio. Assim, à vista desses preceptivos, entende-se que o Custo do Aviso Prévio, seja trabalhado ou indenizado, previsto no contrato (planilha de formação de preços) que não forem utilizados no primeiro ano de contratação deverão ser eliminados, para que não caracterize custos bis in idem, pois já foram pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência do contrato. Caso o gestor do contrato avalie que esses custos foram utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar.

3.4.3. No decorrer da Nota Técnica 652/2017, a mesma aponta como fazer a exclusão ou amortização dos referidos custos do aviso prévio:

Nota Técnica 652/2017

26. Em primeira análise, com esboço no art. 1º da Lei nº 12.506, de 2011, já citado, é cediço que o Aviso Prévio é proporcional ao tempo de serviço na mesma empresa. Dessa forma, a cada ano de efetivo serviço na mesma empresa, além dos 30 (trinta) dias, serão acrescidos 3(três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias. Nessa linha, transpassando para a realidade fática dos contratos administrativos, os quais tem vigência contratual de até 60 (sessenta) meses - inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, já mencionado -, a previsão para efeito de cálculo do aviso prévio, considera-se os 30 (trinta) dias, no primeiro ano de contrato, sendo que a cada ano de prorrogação contratual serão acrescidos 3(três) dias, até o limite máximo de 42 (quarenta e dois) dias, haja vista que os contratos poderão ser prorrogados até 60 (sessenta) meses.

27. Dessa forma, caso no primeiro ano de contratação não haja incidência desses custos (aviso prévio trabalhado e indenizado), os 30 (trinta dias) deverão ser excluídos e contabilizado somente mais 3 (três) dias. E assim sucessivamente com os anos posteriores. Caso não haja incidência acrescenta somente mais 3 (três) dias, até o limite de quarenta e dois dias. Pode-se considerar que isto representa 10% (dez por cento) do valor originalmente apresentado na proposta. Dessa forma, esclarece-se que o valor apresentado na proposta deve ser "zerado", levando-se para o ano seguinte apenas o valor correspondente a 10% (dez por cento), ou seja 3/30 do valor original.

28. Exemplificando, se o percentual a ser provisionado for de 2,23% para o aviso prévio, este será "zerado" no primeiro ano e irá para o ano seguinte o percentual de 0,22% (10% de 2,23%), e assim, sucessivamente para os anos seguintes até o encerramento do contrato. Todavia, a cada ano de prorrogação será considerado também custos não renováveis, ou seja, serão excluídos da planilha e considerado mais três dias. No entanto, caso haja incidência desses custos, entende-se que não devam ser excluídos, de modo que sejam contabilizados, na sua proporcionalidade, na planilha de preços. Alerta-se que essa menção carece de avaliação pormenorizada do órgão contratante.

3.4.4. O destaque está nos custos de "Multa do FGTS" que permanecem com seus percentuais inalterados por serem considerados CUSTOS RENOVÁVEIS presentes no Módulo 3, conforme ilustra a abordada Nota Técnica 652/2017:

Nota Técnica 652/2017

(...)

33.3 Que o evento "multa do FGTS" - seja para aviso prévio trabalhado ou indenizado - não são considerados custos não renováveis, tendo em vista que esses custos são partes integrantes do ciclo remuneratório do trabalhador, ou seja, será computado sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, o que de forma reflexa incide sobre a provisão da rescisão, para efeito de cálculo de formação de preços para contratação dos serviços terceirizados.

3.4.5. Desta forma, foi considerado que não houve desligamentos durante a execução do primeiro ano da contratação.

## 3.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

3.5.1. O tratamento dispensado a estes custos referentes as coberturas de substitutos foram consideradas já pagas e/ou inexistentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS COARI  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS



**INSTITUTO FEDERAL**  
Amazonas  
Campus Coari

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	%
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,00%
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,02%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) Doença	0,50%

FONTE: CIARRC/DAP/CCO/IFAM

### 3.4. CUSTOS DE UNIFORMES

3.4.1. Foi verificado na planilha de preços do fornecedor o custo de R\$ 26,25 referentes a uniformes, conforme detalhamento abaixo:

UNIFORME						
DESCRIÇÃO	UND	QUANT.*	PERIODICIDADE	V.UNIT.	V.ANUAL	CUSTO MENSAL
Crachá de identificação com cordão	Un	1	Anual	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 1,25
Camisa de brim branca, bolso na parte superior	Un	2	Semestral	R\$ 75,00	R\$ 300,00	R\$ 25,00
Total de Uniformes:						R\$ 26,25

FONTE: Planilha de formação de preços enviado pela contratada no pregão 23/2022.

3.4.2. No entanto foi constatado que dos itens acima somente o crachá foi fornecido para a colaboradora que presta serviço no IFAM campus Coari.

## 4. RESULTADOS

4.1. O resultado da análise está resumido abaixo:

GRUPO 04 CAMPUS COARI							
Item	Descrição	Unid	Quant. Postos	Quant. Meses	Valor mensal por colaborador	Valor Mensal	Valor Anual
14	Psicopedagogo/com Especialização em Tecnologia Assistiva - 40 horas	Posto/Mês	1	12	R\$ 6.070,07	R\$ 6.070,07	R\$ 72.840,84
TOTAL						R\$ 6.070,07	R\$ 72.840,84

4.2. Observamos também que o valor de R\$ 600,00 deve ser deduzido da empresa, considerando o não fornecimento do item referente a Camisa de brim branca, bolso na parte superior com o valor mensal de R\$ 25,00.

4.3. Caso a empresa não for fornecer o material que seja retirado de vez da planilha de preços.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS COARI  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS



**INSTITUTO FEDERAL**  
Amazonas  
Campus Coari

## 5. DOS EFEITOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O impacto orçamentário diz respeito a retirada dos custos não renováveis, não restando obrigação por parte da contratante junto a empresa, somente a observação dos itens 4.2 e 4.3 dessa nota técnica.

## 6. DOS EFEITOS CONTRATUAIS

6.1. Para efeitos do termo aditivo os valores a serem informados são de R\$ 6.070,07 (seis mil e setenta reais e sete centavos) mensalmente e anualmente R\$ 72.840,84 (setenta e dois mil oitocentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos), com efeitos a partir de 10/04/2025.

## 7. CONCLUSÃO

7.1. A CIARRC pugna pela prorrogação de vigência do contrato com a retirada dos custos não renováveis em acordo com a legislação vigente.

7.2. Que a contratada, se apresentar alguma discordância, a mesma deverá fundamentar seus argumentos com documentação comprobatória de forma inequívoca para que esta Administração refaça sua análise. Contudo, se os motivos apontados pela contratada se mostrarem insuficientes, o entendimento do Órgão prevalecerá.

7.3. Cabe destacar que o apostilamento resultante desta análise, juntamente com seus reflexos orçamentários, indicarão aceite da Administração em relação aos itens desta nota técnica.

É a análise.

Comissão Interna de Análises de Repactuações e das Renovações de Contratos do IFAM Campus Coari no Exercício de 2025

**RONEISON BATISTA RAMOS**

Presidente

Portaria nº 049/GDG/CCO/IFAM, 13.03.25

**ROMEUSANTOS DE SOUZA**

Membro

Portaria nº 049/GDG/CCO/IFAM, 13.03.25

**JOSIAS SOUZA DE ALMEIDA**

Membro

Portaria nº 049/GDG/CCO/IFAM, 13.03.25